

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA (MURICILÂNDIA, TO): INVENTÁRIO, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

DONA JUSCELINA QUILOMBOLA'S COMMUNITY IN MURICILÂNDIA (TOCANTINS, BRAZIL): INVENTORY, TOURISM AND HERITAGE EDUCATION

Khalla Ribeiro TUPINAMBÁ

<khallatupi@uft.edu.br>

Doutoranda em Antropologia, Patrimônio cultural, turismo cultural, antropologia, etnoturismo no Norte do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil
Prof. Universidade Federal do Tocantins, câmpus cidade de Araguaína, Tocantins, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9813409412364554>
<https://orcid.org/0000-0001-6216-2791>

Ivanise Borges SOUZA

<ivanise.borges@uft.edu.br>

Doutoranda em Turismo, área de concentração, Gestão de Turismo, Economia do Turismo, Tecnologia da Informação e Comunicação, Sistemas de Formação em Gestão, Desenvolvimento Econômico, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
Prof. Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus cidade de Araguaína, Tocantins, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8327478600624054>
<https://orcid.org/0000-0001-5494-1736>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o inventário patrimonial da comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia, ao Norte do Estado do Tocantins. Metodologicamente, foi utilizado o “Inventário de Educação Patrimonial: inventários participativos” (IPHAN, 2016), que consiste em um instrumento de educação patrimonial utilizado para catalogar as referências culturais de uma localidade ou região com grande potencial cultural. Essa ferramenta leva em consideração no processo comunidade a participação da local por meio de registros orais, documentais e fotográficos dos saberes dos entrevistados. O inventário trabalha dimensões do patrimônio material e imaterial dentro de uma estrutura composta por quatro partes: o livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. A pesquisa contou com o relato dos Mestres *Griôs* da comunidade, que dentro da estrutura hierárquica do Quilombo, são os responsáveis por guardar e repassar os saberes e as tradições do quilombo. Portanto, o principal resultado obtido foi mostrar as potencialidades da comunidade para o desenvolvimento da atividade turística, com base na interpretação dos aspectos do patrimônio material e imaterial local, além ser uma alternativa de fonte de renda e proteção do legado cultural, que foi materializada em uma proposta turística, a qual espera contribuir para os estudos sobre comunidades tradicionais, educação patrimonial e roteiros culturais sustentáveis, embasados na força da alteridade local.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário; educação patrimonial; turismo; patrimônio cultural quilombola.

ABSTRACT

This article aims to present the heritage inventory of the Quilombola Dona Juscelina community, located in the municipality of Muricilândia, in the North of the State of Tocantins. Methodologically, the “Heritage



Education Inventory: participatory inventories” (IPHAN, 2016) was used, which is an instrument of heritage education used to catalog the cultural references of a location or region with great cultural potential. This tool takes into account the community's participation in the community process through oral, documentary and photographic records of the interviewees' knowledge. The inventory works dimensions of material and immaterial heritage within a structure composed of four parts: the Knowledge Registry Book, Celebrations Registry Book, Expression Forms Registry Book, and Places Registry Book. The research included the report of the Masters Griôs of the community, who, within the hierarchical structure of the Quilombo, are responsible for guarding and passing on the knowledge and traditions of the Quilombo. Therefore, the main result obtained was to show the potential of the community for the development of tourist activity, based on the interpretation of aspects of local material and immaterial heritage, in addition to being an alternative source of income and protection of the cultural legacy, which was materialized in a tourism proposal, which hopes to contribute to studies on traditional communities, heritage education and sustainable cultural routes, based on the strength of local otherness.

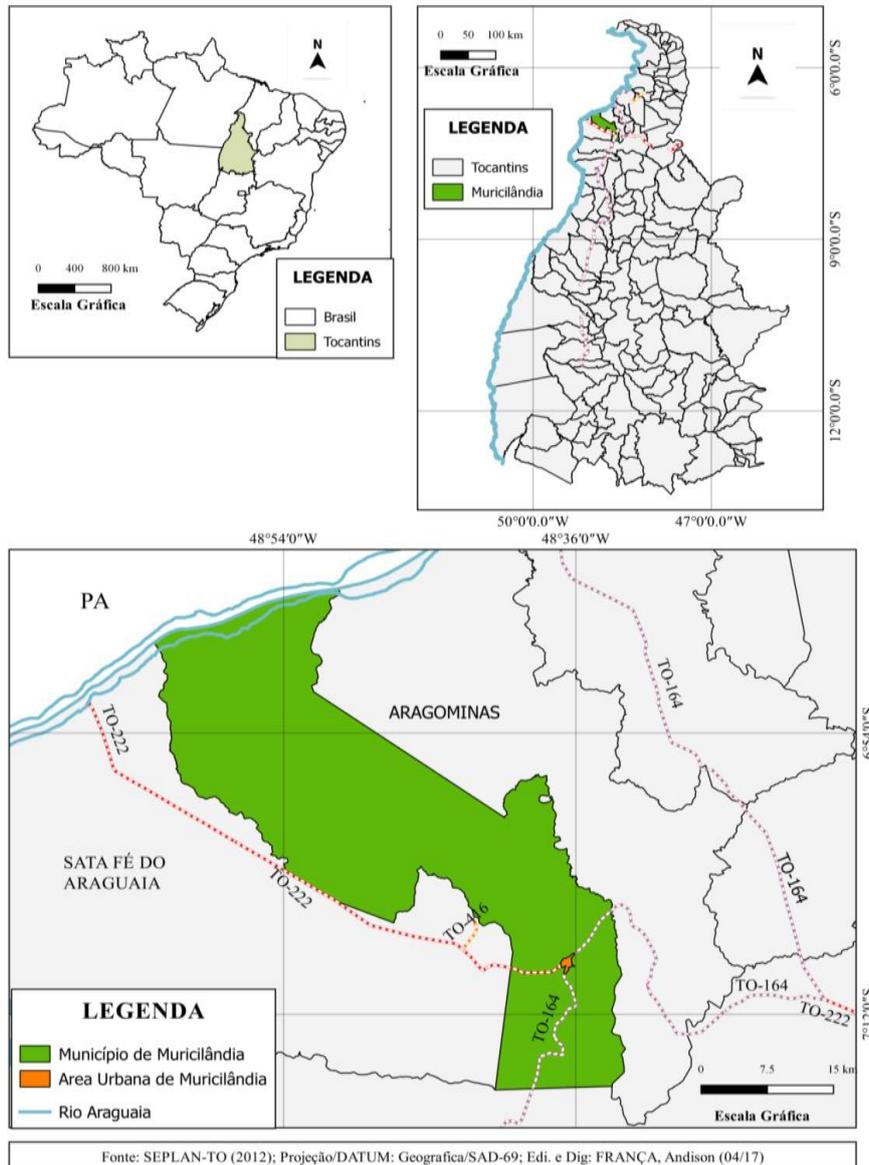
KEYWORDS: Inventory; heritage education; tourism; quilombola cultural patrimony.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa embasada no inventário patrimonial da comunidade quilombola Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia no norte do estado do Tocantins. A comunidade é formada por duzentas e trinta e seis famílias, contabilizando em média novecentos quilombolas (SANTOS, 2018). É importante destacar que apesar da localização geográfica da comunidade estar restrita à área urbana de Muricilândia, conforme o Mapa (Figura 1), este povo remanescente de quilombo apresenta fortes traços culturais afrodescendentes que remontam à vida rural.

Assim, é comum observar nos quintais dos moradores que compõem a comunidade o cultivo de iguarias gastronômicas e medicinais, entre outras típicas das referências quilombolas ancestrais. Neste contexto, em 2007 a Portaria Interna da Fundação Cultural Palmares (FCP) nº 98 de 26 de novembro institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. É por meio desse cadastro que a Comunidade Dona Juscelina foi reconhecida como comunidade remanescente quilombola pela FCP.

Figura 1 – Localização geográfica da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.



Fonte: Oliveira (2018, p. 161).

Todavia, a comunidade luta pela ampliação do seu território ancestral, e o processo de demarcação e reconhecimento do território foi aberto em 2010 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Palmas, com o número 54400.000823/2010-31. O



processo está em andamento, embora ainda não tenha sido concluída a primeira etapa do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território (RTID).

Desse modo, este estudo visa interpretar o legado cultural deste remanescente de quilombo, com base no inventário de seus bens imateriais. Com tal finalidade, percorreu os caminhos que a memória coletiva realizou entre gerações na perpetuação de seus rituais, festejos e técnicas artesanais, para constituir a identidade do jeito de ser quilombola na comunidade Dona Juscelina.

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico seguido de um inventário patrimonial, denominado “Inventário de Educação Patrimonial: inventários participativos”, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) - (BRASIL, 2016). Por ter em vista ser um inventário com uma proposta participativa, isto é, que visa a sinergia entre a equipe e a população local para catalogação e interpretação dos dados, a comunidade foi sensibilizada para participar ativamente do processo, principalmente os anciãos considerados interlocutores-chave da comunidade, como os Mestres Griôs¹ e a matriarca Dona Juscelina.

Portanto, após a catalogação e interpretação comunitária de seu legado cultural, este estudo trouxe como principal resultado uma proposta de turismo cultural respaldado em tradições e modos de vida da comunidade quilombola Dona Juscelina. Por conseguinte, esta pesquisa almeja corroborar com a compreensão da relevância do patrimônio imaterial em comunidades quilombolas, através da inteligibilidade do seu legado cultural, que compõe a idiosincrasia do seu modo de viver.

¹ Segundo Ki-Zerbo (1982, p. 27). A terminologia “Griô” tem origem africana e trata dos que são responsáveis pela manutenção da história oral quilombola transmitida entre gerações, ou seja, os Griôs concentram grande parcela do conhecimento e das tradições africanas.

2 INVENTÁRIO: CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa e extensão vinculado à Universidade Federal do Tocantins-UFT pelo Grupo de Pesquisa Burity² e intitulado: “Inventário Patrimonial da Comunidade Quilombola Dona Juscelina Muricilândia-TO”. A equipe do projeto foi constituída pelos alunos da disciplina de Patrimônio, do curso de graduação de Gestão em Turismo da UFT, Campus Araguaína.

Nesta acepção, um treinamento intenso da equipe foi possível ao longo do semestre da disciplina, quando houve o levantamento teórico e discussão dos conceitos de patrimônio cultural, bens imateriais e inventário. As discussões da disciplina se aprofundaram sobre a metodologia voltada para inventariar, bem como sua relevância para o reconhecimento e registro do patrimônio imaterial. Vale frisar que o reconhecimento dos bens imateriais no Brasil é recente, visto que durante a década de 1930 as políticas do SPHAN, atual IPHAN, tendiam a “[...] valorizar as edificações representativas das formas estéticas e arquitetônicas europeias.” (GURAN, 2017, p. 215).

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 passa a ser reconhecida a relevância do patrimônio além da concepção de Pedra e Cal, isto é, a concepção do patrimônio atrelada a construções materiais e edificadas. Tal conceito foi ampliado para os bens de natureza material e imaterial, ficando ambos reconhecidos como Patrimônio Cultural pelo artigo 216 da Constituição:

Art. 216 - Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem. (BRASIL, 1988).

O inventário passou a ser o principal instrumento de reconhecimento e catalogação das manifestações que compõem as referências culturais do patrimônio imaterial. Assim, o decreto nº 3.551 criado em 4 de agosto de 2000 institui o processo de registro de bens culturais de natureza

² BURITI: Bloco de Pesquisadores (as) em Lazer e Turismo do Norte do Tocantins. Neste grupo de pesquisa, Tupinambá é líder da linha de pesquisa “Patrimônio Cultural e Etnoturismo no norte do Tocantins” e Borges lidera a linha de pesquisa “Lazer, meio ambiente, turismo e novas tecnologias”.

imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Conforme o documento, após o processo de inventariação, o registro se dá em quatro livros conhecidos como Livros de Registros, conforme § 1º do Decreto nº 3.551 (BRASIL, 2000):

- I - Livro de Registro dos Saberes: onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações: onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão: onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares: onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000).

Dessa forma, percebe-se a relevância do inventário enquanto método de reconhecimento do patrimônio imaterial e valorização oficial de muitas tradições, expressões e festas populares que traduzem a identidade cultural de muitas regiões, mostrando em cada um dos livros de registro a riqueza e diversidade do acervo cultural brasileiro. É relevante ressaltar que este método de inventário se diferencia do tradicional na medida em que visa ser um instrumento de educação patrimonial, pois a comunidade é mobilizada para construir a pesquisa ativamente com a equipe do projeto. Neste sentido, para o IPHAN (BRASIL, 2016):

O Inventário de Educação Patrimonial: inventários participativos, constitui-se em uma ferramenta de educação patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. (BRASIL, 2016, p. 5).

Após a etapa de análise e levantamento bibliográfico, a equipe passou a fazer a adequação do método de inventário participativo para a comunidade Quilombola Dona Juscelina. Assim, foram identificados como atores-chave da pesquisa os mais velhos da comunidade responsáveis por resguardar e transmitir as tradições quilombolas entre gerações, como os Mestres Griôs e a matriarca da comunidade, Dona Juscelina, que podem ser visualizados (Figura 2).

Em seguida, iniciou-se a fase da apresentação do projeto aos membros da comunidade, realizada na câmara dos vereadores de Muricilândia devido à articulação de um membro quilombola da equipe e de seu pai, Manoel Filho, principal representante da organização do Festejo da Abolição depois de Dona Juscelina. Assim, no dia 10 de outubro de 2019, estavam presentes para a apresentação do projeto a maior parte dos Griôs e seus parentes, além do vereador da cultura e o prefeito da cidade.

Figura 2 – Encontro dos Griôs

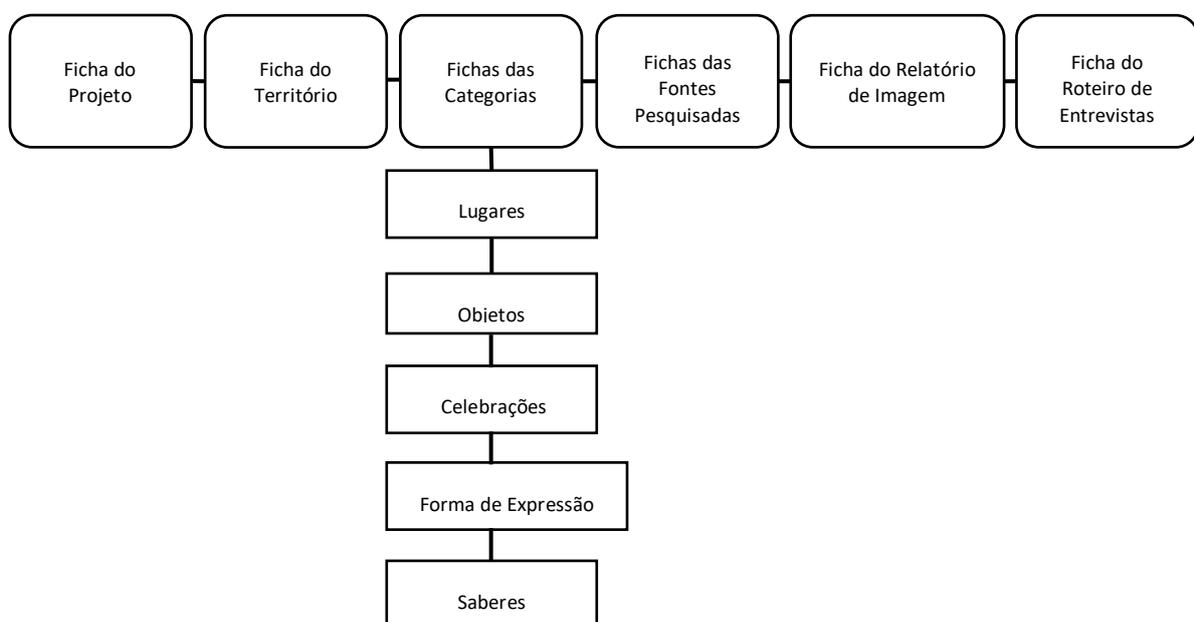


Fonte: Costa (2018).

Com uma linguagem coloquial e auxílio de um projetor de imagens, o método do Inventário de Educação Patrimonial: inventários participativos (BRASIL, 2016) foi explicado, dissertando sobre sua relevância para que a comunidade tivesse acesso à catalogação do seu acervo sociocultural, apresentando exemplos de comunidades que passaram por esse mesmo método. No final, foi ressaltado que para atingir o resultado esperado a equipe precisaria do envolvimento da comunidade no processo de pesquisa. Após a apresentação, a palavra foi concedida a Dona Juscelina que aprovou o projeto e elogiou a iniciativa, e os Griôs também tomaram a palavra se disponibilizando a colaborar. Em sequência, o prefeito ofereceu apoio para o que fosse necessário.

Tendo em vista a aceitação do projeto oficial pela comunidade, foi realizada, com auxílio do membro quilombola pertencente à equipe do projeto, a identificação de qual categoria do patrimônio imaterial determinado Griô era responsável. Desse modo, em relação à categoria de celebrações foram identificados seu Manoel Filho e Dona Juscelina (Festejo da Abolição); para a categoria de expressões foi identificada a Griô Dona Nena (Grupos de Danças Afro) o Griô Seu Dadá (Ritual do Pilão), a Griô Rosa Mirtes (Fabricação Artesanal de Farinha de Coco de Babaçu), além dos Griôs Dona Cícera e Seu Geraldo (Ervas Medicinais e Remédios). Ainda, percebeu-se a casa de Dona Juscelina como um lugar na categoria de patrimônio imaterial devido ao envolvimento da comunidade com o casarão através de manifestações culturais que demarcam a identificação quilombola local. Dessa forma, a partir dessa identificação das referências culturais dos Griôs, os membros da equipe foram divididos conforme o Griô que escolheram acompanhar em campo, ou seja, de modo que a equipe construísse a base no olhar principalmente para a catalogação em campo, de acordo com as categorias de patrimônio imaterial: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressões e Saberes. Na figura 3 é possível observar a estrutura do inventário patrimonial.

Figura 3 – Estrutura dos inventários participativos



Fonte: Criado pelas autoras com dados retirados do IPHAN (BRASIL, 2016).



Após esse treinamento intenso da equipe, o inventário ocorreu durante o feriado da Proclamação da República, ou seja, dia 15 de novembro, e se estendeu até o dia 16 de novembro de 2019. Esse foi um período eleito juntamente com a comunidade que julgou ser mais conveniente para receber e dar atenção à pesquisa. O inventário foi iniciado na casa da matriarca, onde fomos recebidos por Dona Juscelina e os Griôs.

Com todos devidamente acomodados, Dona Juscelina fez uma fala sobre sua chegada na comunidade, seu orgulho da ancestralidade quilombola e apresentou os Mestre Griôs. Em seguida, as coordenadoras da equipe do projeto fizeram uma breve fala de agradecimento pelo acolhimento da comunidade, além de explicar que cada membro da equipe iria entrevistar e acompanhar os Mestres Griôs em seu cotidiano, realizando anotações e registros de filmagem e fotográficos, que tiveram autorização prévia pelos membros da comunidade.

Neste contexto, percebeu-se na dinâmica do inventário que os pesquisadores descreveram as referências culturais da comunidade sob as lentes do olhar dos entrevistados. Por conseguinte, a educação patrimonial como instrumento mediador contribuiu em torno de uma relação em que a alteridade da comunidade foi reconhecida, proporcionando trocas simbólicas salutares entre os atores envolvidos no processo. Desta feita:

A educação patrimonial consiste em um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

Portanto, percebeu-se que a educação patrimonial contribui no processo de inventário como ação eficaz para garantir a preservação do patrimônio cultural. Isso ocorre por meio da difusão da sua existência para as futuras gerações, isto é, como condição necessária para a apropriação e conservação do seu patrimônio. Constata-se que a educação atrelada ao patrimônio se torna um poderoso instrumento de cidadania ao proporcionar o reencontro do indivíduo consigo mesmo,

resgatando sua autoestima através da revalorização e reconquista do seu legado cultural (QUEIROZ 2004 apud RIBEIRO; SANTOS, 2008).

3 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA COMUNIDADE DONA JUSCELINA

Para compreender a forma pela qual o patrimônio em comunidades tradicionais quilombolas é entrecortado pelo caminho da formação da memória coletiva e, concomitantemente, da identidade cultural, o ritmo da pesquisa deve seguir o da comunidade tradicional, em que a formação da memória difere dos grandes centros urbanos.

Neste sentido, Simson (2000), afirma que nesta conjuntura o volume de informações fez surgir novas “Sociedades do Esquecimento”, que colocam o homem frente ao dilema entre memorizar e de esquecer aquelas informações que possuem significado para nossas futuras tomadas de decisão.

Em contrapartida, no seio de grupos tradicionais como na comunidade Dona Juscelina, os mais velhos denominados como Griôs ainda são respeitados como guardiões da memória coletiva estruturante. Assim, para Candau (2011), a memória coletiva massiva, coerente, compacta e profunda de organização dos sentidos é mais facilmente encontrada em pequenos grupos sociais, visto que nestes grupos ocorre o que ele denomina esquecimentos tradicionais, que seriam aqueles capazes de vincular os indivíduos ao presente e funcionar como fator fundamental na criação de identidades culturais.

Da mesma forma, Castro (1997, p. 222) argumenta que “Nas sociedades ditas tradicionais e no seio de certos grupos agroextrativistas, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim o simbólico”.

Portanto, a identidade na comunidade Dona Juscelina teve como atores fundamentais os Mestres Griôs e Dona Juscelina, por serem exemplos de guardiões da memória, respeitados por todos na comunidade, por meio dos quais o acervo do patrimônio imaterial na comunidade foi pautado. No âmbito dessa relação, Candau (2011), afirma que a metamemória é essencial na



construção da identidade coletiva, que pode ser compreendida como a substância fundamental do discurso patrimonial, que é a base do discurso sobre a memória.

Nesta premissa, a constituição do legado cultural local pode ser acompanhada no relato do Griô Conceição Viana da Silva, mais conhecido como seu Dadá, como Mestre responsável pelo ritual Benção aos Griôs. Ele logo descreve que este ritual costuma ser realizado antes de comemorações importantes para comunidade. Assim sendo, em frente aos Griôs e da matriarca Dona Juscelina é colocado o Pilão, o qual cada Griô bate e em seguida pede a benção, fazendo referências à luta e resistência no quilombo. A seguir, os membros mais jovens também pedem a benção batendo o Pilão.

Neste cenário, percebeu-se que o Ritual da Benção é como uma espécie de pedido de permissão ou consentimento aos Griôs e ancestrais mais antigos da comunidade para a realização de algum evento, por isso ele abre ladainhas, reuniões e principalmente o Festejo da Abolição. O Mestre Griô Seu Dadá complementa expondo que o Ritual da Bêncão tem a função de demonstrar aos jovens as dificuldades que os mais antigos tinham na obtenção dos alimentos à base do milho e da mandioca. Segundo ele, com as inovações contemporâneas, hoje as dificuldades para fabricação dos alimentos não são mais tão árduas.

Para compreender o Festejo da Abolição, bem como a história da comunidade, se fez premente rememorar a história da própria Dona Juscelina, isto é, realizar a etnogênese ou reconstrução identitária da mesma. Assim, o início da comunidade, segundo Oliveira (2018), não remonta à fuga dos escravos no período colonial dos castigos do cativo, e sim, à exclusão social que foi instituída pela aristocracia no Brasil após a assinatura da Lei Áurea (BRASIL, 1888), que originou a formação de movimentos migratórios pela falta de alimentos e pela escassez de possibilidades de condições de vida.

Figura 4 – Ritual da bênção



Fonte: Costa (2018).

Neste contexto, ocorreu a migração da matriarca Dona Juscelina e sua família, fazendo o seguinte trajeto: Nova Iorque-MA para Pastos Bons-MA, passando por Cristalândia-TO, em seguida Araguaína-TO, e enfim ao Murici da Velha (Muricilândia-TO). Ao relembrar esta história, a matriarca externa com orgulho que sua raiz era cativa, tendo sua avó e tio como ex-cativos, os quais ela ajudava a realizar o Festejo da Abolição ou Festejo do Treze de Maio em sua terra natal Nova Iorque-MA (OLIVEIRA, 2018).

Dessa forma, ela iniciou a organização do Festejo da abolição após seis anos de sua chegada na comunidade de Muricilândia em 1962, como o cumprimento de uma promessa feita a seu tio, ex-escravo:

Figura 5 – Dona Juscelina



Fonte: Acervo do Inventário Patrimonial (2019).

Em 1968, Dona Juscelina tenta organizar em Muricilândia a mesma Festa que era apresentada no Maranhão quando o Festejo era feito pelo tio dela, que foi escravo [...] Hoje a Festa é feita mais ou menos assim: às quatro da manhã é feita a Alvorada³, depois da alvorada às três horas da tarde é feita a Celebração religiosa⁴ e depois vai para o Teatro da Abolição⁵ às quatro da tarde, depois da apresentação do Teatro começa o cortejo afro com os negros cantando e tocando tambores nas principais avenidas da cidade. Isso aconteceu em 1968 com um grupinho pequeno, com algumas dezenas de pessoas. Dona Juscelina fez a Festa mais vezes, mais anos e no início da década de 80 ela parou de celebrar a festa, por que ela afirmava que

³ A alvorada é o momento em que os negros da comunidade saem cantando, tocando tambor e dançando pelas ruas da cidade, ela retrata o tempo que os negros tinham para se divertir quando ainda eram escravos.

⁴ Na comunidade existe a religião de matriz africana, a religião protestante e suas ramificações e a religião católica, logo essa celebração religiosa é ecumênica.

⁵ O teatro é uma representação simbólica onde representa a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

ninguém ajudava a organizar, aí eu e ela conversamos e fizemos um acordo de ela trazer a festa de voltar e eu ajudar. Então em 2001, ela vem ainda no mesmo formato de antes, mas nos anos posteriores são inseridas novas aquisições como os grupos de dança, os seminários, o Conselho de Griôs, as oficinas de artesanato de palha, o ritual feito pelos jovens quilombolas em petição de bênçãos aos Griôs e aos seus antepassados e os espaços de discussões (CHAVES, 2018, p. 22, informação verbal)⁶.

Vale acrescentar no depoimento sobre o Festejo, que o Teatro da Abolição é um ponto ápice, quando ocorre a encenação do sofrimento e maus tratos aos negros, seguido do anúncio da Lei Áurea pela princesa Isabel. Com o anúncio do fim da escravidão se iniciam várias manifestações culturais que simbolizam a comemoração por esse marco histórico dos ancestrais desta comunidade, como mostrado na Figura 6. A primeira apresentação consiste no Rebolado, uma dança mais espontânea com movimentos não coreografados onde todos podem participar.

Figura 6 – Teatro da Abolição



Fonte: Conexão Tocantins (2012).

⁶ Entrevista concedida por Manoel Filho Borges a Chaves para elaboração do TCC intitulado “O Festejo da Abolição, na comunidade quilombola Dona Juscelina/Muricilândia-To: o turismo cultural e patrimônio imaterial”, outubro de 2018. É importante ressaltar que Manoel Filho é figura fundamental no Festejo da Abolição visto que auxilia Dona Juscelina na organização desde 1980, quando ela por motivos de saúde ficou afastada como principal mantenedora da tradição. Seu Manoel manteve a direção logística, logo, por um trato tácito todos na comunidade sabem que futuramente na ausência de Dona Juscelina seu Manoel será o organizador principal do Festejo.

Em seguida ocorre o Lindô, mostrado na Foto 04, uma dança que segundo os mais velhos originou-se dos escravos após a abolição, realizada como uma dança de roda com canções em forma de versos, em que todos os pares estão de branco. Durante a dança ocorre a troca de pares, por meio de um balancê. Em sequência, vem o grupo infantil Quizomba, que realiza uma dança afro descontraída.

Finalmente, a seguir vem o grupo afro “Negras Mariamas”, que ao se apresentar exerce um papel de protagonismo, pois é composto pelas pessoas mais velhas da comunidade, que são respeitadas como guardiãs da memória.⁷ Além disso as senhoras que compõem o grupo participam ativamente no auxílio da organização do Festejo, sentindo orgulho de serem membros da comunidade quilombola. Esses aspectos foram confirmados no relato da Mestre Griô dona Nena: “são os quatro dias de festa, onde tem várias apresentações, tem o seminário, mas quando apresentamos a nossa, aí que, nós, se sente mais ainda forte né [sic], sendo quilombola” (CHAVES, 2018, p. 20, informação verbal)⁸.

Após a performance do grupo “Negras Mariamas”, todos os grupos afro que se apresentaram seguem em um cortejo afro pela cidade de Muricilândia. Um fato preponderante a se salientar é que essas manifestações culturais são acompanhadas por um fluxo latente de turistas, e conforme a observação empírica dos organizadores do evento, em alguns anos o Festejo chegou a receber até quatro mil visitantes.

Tendo em vista essa demanda considerável de turistas que passou a acompanhar o Festejo da Abolição ao longo dos anos, que segundo os organizadores vem ao Festejo motivados principalmente em assistir às manifestações culturais que demarcam a identidade quilombola,

⁷ Simson (2000) afirma que em comunidades tradicionais em locais isolados da África, América do Sul, entre outros, ainda se encontram as Sociedades da Memória nas quais o quantitativo de informação é muito mais restrito e a memória é organizada pelo conjunto de seus membros. Esses, transmitem às novas gerações, sendo destinado aos mais velhos o relevante papel de guardiões da memória.

⁸ Entrevista concedida por Maria Zilma Cruz Moura de Sousa, Dona Nena, a Chaves, para elaboração do TCC intitulado “O Festejo da Abolição, na comunidade quilombola Dona Juscelina/Muricilândia-To: o turismo cultural e patrimônio imaterial” em outubro de 2018.

percebeu-se uma situação favorável para a proposta de um roteiro turístico cultural, a partir da interpretação da comunidade do seu acervo cultural. Neste sentido, foi observado durante a metodologia participativa do inventário que a comunidade percebe a presença dos turistas como algo positivo. Ainda, que desejam que os turistas prolonguem sua passagem pela comunidade por um tempo maior do que restrito ao Festejo.

Figura 7 – Lindô



Fonte: Chaves (2018, p. 18).

Nesta acepção, foi formulada uma proposta de roteiro turístico tendo como premissa a sustentabilidade cultural, ou seja, com a pretensão de viabilizar uma atividade turística em que a alteridade da comunidade possa ser valorizada, bem como viabilize para os turistas a interpretação do patrimônio imaterial quilombola ao longo do roteiro:

Hoje concorda-se que o turismo sustentável deve voltar-se para harmonizar a necessidade de seus quatro componentes: a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade turística. Se bem planejado dentro dos princípios da sustentabilidade, o turismo pode ter um impacto positivo e ser um catalisador de restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e

culturais, reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de empregos e renda nas comunidades. (MURTA; GOODEY, 2002, p. 16).

É importante esclarecer que essa proposta é fruto do resultado do inventário patrimonial aplicado na comunidade Dona Juscelina, visando principalmente servir como uma proposta piloto que encoraje outros estudos a ir além da catalogação do acervo patrimonial das comunidades anfitriãs e interpretar esse acervo para usufruto das comunidades. Sendo assim, esse roteiro não é uma proposta turística técnica pronta para ser implementada, embora espere trazer contribuições pertinentes acerca das possibilidades de produtos e roteiros turísticos a partir da interpretação da leitura do Jeito de ser Quilombola catalogado no acervo imaterial da comunidade Dona Juscelina.

Dentro desta proposta patrimonial interpretativa, observou-se o sentimento de laço de pertença que os quilombolas possuem pela casa da matriarca. Além do casarão nortear os principais eventos culturais da comunidade, é também a residência de Dona Juscelina, que é a figura centralizadora das manifestações culturais quilombola.

Nesse sentido, vale observar que a casa da matriarca foi construída através de técnica artesanal em 1962, que tem como base a palha de coqueiro babaçu, mas posteriormente sofreu uma transformação em suas estruturas passando a ser construída com alvenaria e telhas de barro. Com a consolidação do casarão como referência cultural para comunidade, ela passou por uma ampliação e hoje possui aproximadamente dez metros de comprimento por sete metros de largura e aproximadamente cinco metros de altura. Nela, há os cômodos da casa particular de Dona Juscelina, além de um grande pátio coberto, onde são realizadas as reuniões da associação comunitária e os encontros de Griôs.

Com base nessas evidências conclui-se que o casarão da matriarca, que pode ser visualizado na Foto 05, demarca um lugar na categoria de patrimônio imaterial. Isso é compreendido na medida em que o patrimônio se deve à experiência cotidiana e social, assumida coletivamente no que alguns denominam de patrimônio cultural, em que a síntese simbólica dos valores identitários persiste no laço que une um grupo social (TALAVERA, 2009). Desse modo, a partir dessa

percepção da comunidade em relação à casa da matriarca, cogitou-se a possibilidade de um etnomuseu no espaço, visto que funciona como um coração da comunidade, abrigando a matriarca e os principais encontros políticos e culturais locais.

Outro fator que contribuiu para essa proposta de etnomuseu foi a constatação de que a frente da casa da matriarca se transforma em uma espécie de palco no período do Festejo da Abolição. Como se pode ver na Foto 06, a presença do Tronco dos Castigos é fundamental para o Teatro da Abolição e, neste local, após o Teatro, ocorrem as apresentações de danças afro, as quais finalizam com a saída do cortejo afro. Portanto, ao identificar o casarão como um lugar que abriga memórias do núcleo identitário local, percebeu-se um espaço ideal para a proposta de um etnomuseu que abrigasse fotografias do Festejo da Abolição acompanhadas de placas interpretativas. Tais placas não conteriam apenas informações históricas, como também

Figura 8 – A matriarca em frente sua casa



Fonte: Santos (2018).

provocações sobre a percepção da comunidade sobre o significado de ser quilombola a partir do Festejo. Dessa forma, essas placas interpretativas seguiriam os seguintes critérios:

1. Fazer uma apresentação relevante para a experiência do visitante. Implica interpretar tendo em conta a personalidade e a experiência do visitante;
2. Interpretar não é simplesmente informar, mas sim uma revelação com base na informação;
3. A interpretação é uma arte que se pode aprender e ensinar a outros com imaginação;
4. A interpretação não é instrução, é provocação de emoções, sentimentos, interesse e curiosidade;
5. Para tornar agradável a experiência do visitante, a interpretação deve ser holística, isto é, compreender o patrimônio cultural e natural como um todo, com partes sempre interligadas;
6. Para estimular a curiosidade do visitante à interpretação, deve ter em conta que existem diferentes públicos com diferentes necessidades (EX.: CRIANÇAS, ADULTOS). (TILDEN apud PÉREZ, 2009, p.212).

Neste sentido, essa proposta de etnomuseu não reduziria a casa da matriarca como um objeto de uso cultural, uma vez que manteria sua função social como residência da matriarca, além das atividades do salão de reuniões comunitário. Nesta acepção, Meneses (2002), esclarece:

Acredito que a melhor forma de neutralizar essa redutora forma de uso cultural é abrir espaço para regar todo tecido vivo da existência e fazer com que a ação, precisamente, a ação cultural passe pelos terrenos mais importantes dessa existência. Dois eixos assim me parecem prioritários- o universo do cotidiano e o universo do trabalho. (MENESES, 2002, p. 97).

Nessa proposta de passeio turístico, a visita se iniciaria pelo Etnomuseu do Festejo da Abolição, e em seguida os turistas seriam convidados a participar de um roteiro de experiência em que o grupo seria guiado para conhecer as técnicas artesanais que demarcam os modos de vida local. Tais técnicas seriam observadas ao visitar os quintais da comunidade e ter contato com o conhecimento dos Griôs sobre as ervas e seus poderes curativos, além da fabricação artesanal de farinha, e ainda a extração do óleo do coco babaçu.

Assim, os turistas seriam convidados pelas quebradeiras de coco babaçu, bem como pelos produtores de farinha, conhecidos como farinheiros, para conhecer seus quintais em que estão instaladas fábricas artesanais em que exercem seus ofícios. É importante frisar o diferencial que representa os próprios Mestres desses saberes acompanharem os grupos, ao contrário de roteiros turísticos que subjagam a alteridade local. Tal paradigma foi explorado na Dissertação de

Tupinambá (2012), que investigou comunidades pesqueiras tradicionais da Ilha do Tanque, situada na Península de Maraú no sul da Bahia. Essas comunidades são alvo da comercialização de um roteiro, que leva os turistas para visitarem sua fábrica de dendê e suas casas de farinha, bem como observar as comunidades confeccionando o manzuá⁹. Nesse percurso, os membros das comunidades são fotografados e filmados sem ao menos serem apresentados aos turistas. Por consequência, a maior parte da comunidade sente-se constrangida na presença dos visitantes, havendo vários relatos de membros da comunidade que procuram se esconder quando enxergam os turistas.

Desse modo, a proposta de turismo cultural para comunidade Dona Juscelina vai contra esse nicho de mercado, ou seja, busca estimular a disposição do turista em vivenciar os aspectos de uma cultura étnica, ao ter a oportunidade de conhecer a história de vida dos Mestres de farinha e das quebradeiras de coco babaçu. Inclusive, os turistas podem participar da feitura da farinha e coleta do coco babaçu caso sintam-se à vontade para isso.

A finalização deste roteiro de experiência seria no quintal da Griô Dona Cícera, mostrado na Foto 07. Como conhecedora do poder das ervas medicinais, ela tem o prazer de apresentá-las e explicar sobre as funções medicinais de cada uma, além de descrever receitas caseiras acompanhadas de relatos sobre várias pessoas da comunidade que recorrem a ela e ficam curadas. Porém, durante a narrativa de suas histórias ela assegura que não basta apenas seguir a receita corretamente, mas também é preciso ter fé de que determinado chá ou pomada, entre outros, realmente apresentará o efeito desejado. Caso contrário, não será obtida a cura.

Desta feita, espera-se que esta proposta de roteiro possa representar um diferencial indo além de roteiros culturais superficiais em que a experiência fica restrita ao status de uma foto, que instiga um comportamento do turista como um mero espectador ou *voyeur*. Um exemplo é colocado por Meneses (2002), ao citar a ilustração da revista *Paris-Match*, na qual uma senhora, ao

⁹ O manzuá é um instrumento de pesca utilizado principalmente para apanhar crustáceos, é feito com cana brava (Poaceae), e os pescadores da Ilha do Tanque são referência na produção e venda desse instrumento na Península do Maraú.

orar fervorosamente em uma catedral gótica é abordada por um guia acompanhado por um grupo de turistas japoneses, afirmando que a velhinha está interrompendo a visitação. Ao orar na catedral, a senhora suscita uma ideia de pertença, como um mecanismo de identidade que a situa no lugar. Por sua vez, a fruição dos turistas se limita à visão, ou seja, se pode qualificar o efeito *voyeur*, que restringe sua satisfação essencialmente à visão e não se compromete com o objeto apreciado.

Deste modo, esse trabalho considera como turismo cultural aquele que rejeita os roteiros culturais programados com representações prontas e embaladas para viagem, e acolhe uma proposta de roteiro comprometida com a obtenção da experiência vivenciada e

Figura 9 – Griô Cícera e as ervas medicinais



Fonte: Acervo do Inventário Patrimonial (2019).

espontânea. Por conseguinte, para Köhler e Durand (2007):



As definições baseadas na demanda apresentam turismo cultural sob o foco das motivações de viagem e percepções e experiências pessoais dela oriundas. Neste sentido, não são os atributos de espaços ou objetos, mas as interpretações dadas à experiência turística, que definem se ela pode ou não ser classificada como cultural. Trata-se de um conceito baseado na demanda por experiências culturais, a partir do repertório e das circunstâncias de cada turista. (KÖHLER; DURAND, 2007, p.185).

Todavia, de modo geral, é relevante lembrar que essa proposta de criação de roteiro turístico é válida apenas para respaldar o resultado deste estudo, pois para a sua implementação seria necessário que ocorressem todos os critérios éticos e técnicos do planejamento turístico participativo, com aprovação da comunidade e parceiros.

Portanto, este estudo espera que essa proposta de roteiro turístico para comunidade quilombola Dona Juscelina possa suscitar discussões sobre o planejamento turístico sob o viés da interpretação do patrimônio cultural. Nesta acepção, torna-se nítida a premência de que “É tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável.” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 11).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo contribuir para a interpretação do acervo patrimonial da comunidade quilombola Dona Juscelina, que endossou uma proposta de turismo cultural de experiência. Estes resultados foram alcançados a partir da aplicação em campo do “Inventário de Educação Patrimonial: inventários participativos” (BRASIL, 2016), que demonstrou não somente a possibilidade de catalogação, como também de autoconhecimento e valorização em comunidades envolvidas no processo e, concomitantemente, uma alternativa de educação patrimonial.

Com a pesquisa foi possível identificar as riquezas de saberes e representações culturais que a comunidade pode utilizar como atrativo turístico, além de manter e promover a perpetuação da sua cultura para gerações futuras. Dessa forma, constata-se que somente um roteiro turístico pautado na verdade da comunidade sobre ela mesma pode tocar os turistas de tal modo que eles levem mais do que uma foto de lembrança, e sim a recordação da história e alma do lugar visitado.



Acredita-se, portanto, que um roteiro turístico de experiência somente será possível diante do empoderamento das comunidades tradicionais ao participarem do processo de planejamento e interpretação do seu acervo cultural. De modo geral, esse trabalho almeja mobilizar para importância de um planejamento turístico que valorize a alteridade local, em que a voz da comunidade receptora seja um elemento norteador do roteiro turístico de fato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (Constituição [1988]). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 3.551/00 de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 2 mai. 2020.

BRASIL. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1888]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007*. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, [2007]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Educação patrimonial: inventários participativos*. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Tocantins. *Cultura quilombola: encontro de Griôs em Muricilândia é foco de pesquisa acadêmica de mestrado*. Araguaína, TO: UFT, 2018. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/21684-encontro-de-grios-em-muricilandia>. Acesso em 29 jun. 2020.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento do meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997.



CHAVES, Arystóteles Franklyn Borges. *O Festejo da Abolição, na comunidade quilombola Dona Juscelina/Muricilândia-To: o turismo cultural e patrimônio imaterial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Gestão em Turismo) – Universidade Federal do Tocantins, 2018.

COSTA, Kênia. *Conselho de Griôs*. Araguaína, TO: UFT, 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/21684-encontro-de-grios-em-muricilandia>
Acesso em: 5 mai. 2020

COSTA, Kênia. *Pedido de benção aos ancestrais*. Araguaína, TO: UFT, 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/21684-encontro-de-grios-em-muricilandia>
Acesso em: 5 mai. 2020.

CULTURA: Comunidade Quilombola de Muricilândia realiza evento em alusão ao fim da escravidão. *Conexão Tocantins*, [Palmas], maio 2012. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2012/05/11/comunidade-quilombola-de-muricilandia-realiza-evento-em-alusao-ao-fim-da-escravidao>. Acesso em: 20 mai. 2020

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 35. 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Processo número 54400.000823/2010-31. *Finalístico: regularização fundiária*. [S. l.: s. n.], [2010]. Disponível em: https://sei.incra.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?XjftGelafVCMONYSVApJ5LF_kDWIOCaKRtWxBNvKE0sqp4sOHdL3OjsSKY6Hje4vx3isF9r7iJlyxqKp6RLehIPXMrSaKTGMgT37XU_yXOaT3DP4TXWcEQ5fV31Em7sa. Acesso em: 29 jun. 2020.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: _____ (edit.). *História geral da África - 1: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982. p. 21-42.

KÖHLER, André; DURAND, José Carlos. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. *Turismo - Visão e Ação*, v. 9, n. 2, p. 185-198, maio/ago. 2007.

MENESES, Ulpiano. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MURTA, Stela; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-46.

PÉREZ, Xerardo P. *Turismo cultural: uma visão antropológica*. Tenerife: El Sauzal; ACA y PASOS; RTPC. 2009.



OLIVEIRA, Izarete da Silva de. *Território e territorialidade nos limites do rural e urbano, na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudo de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2018.

RIBEIRO, David; SANTOS, Cláudia. Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais. *Revista Itinerarium*, Rio de Janeiro, v. 1., 2008. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/view/137/108>. Acesso em: 08 out. 2019.

SANTOS, Katiane. *Do passado ao presente: a Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2018.

SIMSON, Olga Rodrigues M. V. Memória, Cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Bragança Paulista, SP: Autores Associados, 2000.

TALAVERA. Santana Augustin. *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. Tradução de Eleonora Barreto. São Paulo. Aleph, 2009.

TUPINAMBÁ, Khalla R. *A atividade turística e seus efeitos nas comunidades da Ilha do Tanque, Península de Marajú - Bahia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2012.



Submissão: 15 de junho de 2020
Avaliações concluídas: 24 de fevereiro de 2021
Aprovação: 09 de março de 2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

TUPINAMBÁ, Khalla Ribeiro. SOUSA, Ivanise Borges. A comunidade quilombola dona Juscelina (Muricilândia, TO): inventário, turismo e educação patrimonial. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 21, n.1, p. 1-25, e-21015, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>. Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>